

**ANÁLISE DOS ARTICULADORES SÍNTATICOS
SOB UMA PERSPECTIVA DA
SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA.**

ARAÚJO, Clara Angélica de Lima.

clarinhakaka@yahoo.com.br

DINELLI, Lilian Barreto.

lidineli@bol.com.br

SANTOS, Lucileide Tavares.

lucileidesantos@hotmail.com

ABREU, Ricardo Nascimento. (Orientador)

Graduada em Letras-Inglês, Mestre em Lingüística, Prof. do curso Letras-Português da
Universidade Tiradentes – UNIT.

tenascimento@hotmail.com

RESUMO.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa acerca dos operadores argumentativos no âmbito dos estudos semânticos.

A Semântica argumentativa tem a função de convencer, orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, ou simplificando, com a função de argumentar.

O processo de interpretação compreende duas etapas: significado literal, que se denomina *semântica*, e o significado final, com base no significado literal mais fatores extralingüísticos que se chama *pragmática*.

A semântica argumentativa por seu caráter textual divide seu objeto de análise com a pragmática, Análise do Discurso e a Lingüística Textual. Com esta última, os conceitos de coerência textual e coesão textual demonstram os territórios fronteiriços nos quais a semântica argumentativa opera.

Segundo a gramática tradicional, conjunção é a palavra que liga duas orações ou termos de mesma função na oração, e é sempre apresentada em ordem alfabética: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas, causais, concessivas, condicionais, comparativas, conformativas, consecutivas, proporcionais, finais, temporais e integrantes.

Pelo critério da afinidade semântica, podemos dividir as conjunções e elementos de “ligação” em sete grupos: grupo aditivo-alternativo, composto pelas conjunções aditivas e alternativas; grupo da causalidade composto pelas explicativas causais e condicionais; grupo da consequência – consecutivas finais e conclusivas; grupo da oposição – constituído pelas conjunções adversativas, concessivas e opositivas; grupo das modais, conformativas e comparativas; grupo da localização no tempo e no espaço – constituído pela conjunção locativa e pelas temporais; e o grupo dos conectores reformulativos, formado por palavras e expressões que servem para explicar, retificar, enfatizar, tornar mais claras partes do texto, que não tenham ficado suficientemente claras para o nosso interlocutor.

ABSTRACT.

This work is part of a research about the argumentative operators under semantic studies. The Semantics of the function arguments are convincing, directing callers to certain types of completion or simplified, with the task of arguing. The process comprises two stages of interpretation: literal meaning, which is called semantics, meaning and end, based on the literal meaning more extralinguistic factors which is called pragmatics.

The semantic argument for its textual character divides its object of analysis with a pragmatic, Review of Speech and Textual Linguistics. With the latter, the concepts of textual coherence and cohesion text show the areas where the border runs argumentative semantics. According to traditional grammar, the word is conjunction linking two clauses or terms of the same function in prayer, and is always displayed in alphabetical order: additive, adverse effects, alternative, definitive, explanatory, causal, concessional, conditional, comparative, compliance, consecutive, proportional, end, time and participants. For the criterion of semantic similarity, we can divide the joining of elements and "link" into seven groups: group-additive alternative, composed of the additive conjunctions and alternatives, the group composed of the causal explanatory causal and conditional; group of consequence - consecutive final and conclusive ; group of the opposition - made by conjunctions enemy, and concessional opositivas; group of modes, as comparative; group's location in time and space - formed by the conjunction and the rental time, and the group of connectors reshaped, formed by words and expressions used to explain, correct, stress, become more clear in the text, which have not been clear enough for our party.

Palavras Chaves:

Semântica – Lingüística Textual - Análise do Discurso – Pragmática- Articuladores Sintáticos.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa acerca dos operadores argumentativos no âmbito dos estudos semânticos. Sabemos que a semântica é o estudo das significações que possibilitam compreender através da lingüística como um indivíduo elabora suas representações, o modo que se organiza e se estrutura de acordo com seu princípio, capaz de estabelecer a aceitabilidade e a coerência dessas representações, subjetivas e objetivas da realidade.

A capacidade humana de compreender os enunciados não é função exclusiva de um processamento das estruturas lingüísticas contidas neles. É também parcialmente função de nossa percepção da situação em que nos encontramos com quem estamos nos comunicando, aquilo que sabemos e aquilo que acreditamos que nosso interlocutor também saiba. É como se o processo de interpretação compreendesse duas etapas: primeiro, a estrutura formal, lexical do enunciado, o que Perini (2006) chama de *significado literal*. E em um segundo momento, essa representação se associa a uma série de outros fatores ligados ao contexto da comunicação e ao conhecimento prévio existente na memória do falante e do ouvinte. Ao resultado, Perini chama de *significado final*.

Portanto, o significado literal denomina-se *semântica*, e o significado final, com base no significado literal mais fatores extralingüísticos chama-se *pragmática*.

Se deixarmos de lado as teorias semânticas acopladas aos modelos lingüísticos podemos perceber três modos dos lingüistas conceberem a semântica; “A semântica é o estudo dos sentidos” (J.Lyons, pág.10) “A semântica é o estudo do sentido das palavras” (P.Guiraud pág.10) “ A semântica é o estudo do sentido das palavras, das frases e dos enunciados”(P.Lerat pág. 10). Para primeira concepção percebe-se a noção comum e pré - teórica de sentido. O projeto que a semântica inaugura concentra-se apenas nas características lingüísticas das significações, sem se preocupar com seus demais aspectos filosóficos ou psicológicos.

Na segunda concepção, a semântica lexical que se limita ao sentido das palavras, é considerada como o estudo das significações sobre o qual se concentram os sentidos das línguas.

A Semântica Formal pode ser descrita como um projeto que procura responder às seguintes perguntas: O que "representam" ou "denotam" as expressões lingüísticas? Como calculamos o significado de expressões complexas a partir dos significados de suas partes?

A introdução do sentido em uma teoria lingüística formal provocou muitas conseqüências como semear a discórdia no seio da comunidade gerativista ao questionar o modelo padrão.

A semântica formal situa sua problemática no nível das relações entre sons e sentidos, formas e significados, por oposição às semânticas que estudam as relações que unem as palavras às coisas ou ao pensamento. Ela examina essas relações no quadro das frases, unidades teóricas geradas por uma gramática, ou conjunto definido de regras, independentemente de qual seja o contexto de uso.

Por fim, a semântica formal, por suas exigências e limites, vai determinar a evolução posterior da semântica lingüística, no sentido de um aprofundamento e de uma diversificação das pesquisas formalizantes, sob a pressão cada vez mais forte da lingüística computacional, e das ciências cognitivas por um lado, e das aplicações decorrentes dos impedimentos lingüísticos de outro.

Portanto a noção de léxico é como um conjunto estruturado de unidades lexicais, que ultrapassa a de vocabulário, como uma simples soma de vocábulos ou nomenclatura a ponto de indicar a Lexicologia como o estudo das relações sincrônicas de sentidos, sendo assim a semântica como disciplina que estuda a história das palavras, pois Saussure foi o primeiro a utilizar o termo da lexicologia, no sentido do estudo das “relações sintagmáticas e associativas” entre palavras, mas é G.Matoré quem consagrará o termo ao distingui-lo de lexicologia e de semântica.

A semântica Lexical, por sua vez, estruturalista segue no essencial de inspiração européia e se inscreve no prolongamento das constelações associativas de F. Saussure ou de C. Bally. Pois o estruturalismo americano, dominado por Bloomfield, a partir dos anos 1930 e por um behaviorismo distribucionalista, eliminou de seu programa a descrição do sentido enquanto os primeiros trabalhos dos transformacionistas (Z.Harris, N.Chomsky) abrem o caminho para a sintaxe.

Ao final dos anos 1990, com o desenvolvimento da lingüística computacional de novas gramáticas chamadas Inteligência Artificial (IA), e com o desenvolvimento da gramática gerativa, o gerativismo de Chomsky dividiu-se em duas fases principais: Na primeira fase, Chomsky acreditava que todo indivíduo é possuidor de uma Gramática Universal (língua materna), não considerando a semântica no arranjo sintático.

Outro ponto de atenção que se observa nos gerativistas sempre foi compreender como é possível que falantes de uma língua tenham intuição sobre estruturas sintáticas que produzem e ouvem. Chama-se a atenção para essa capacidade de formar frases gramaticais (normal, sem usar estranhamento) ou frases agramaticais (estranhas). E que esse conhecimento seria, segundo, os gerativistas um conhecimento implícito, inconsciente e natural acerca da língua que todos os falantes nativos possuem, também chamada de competência lingüística.

“Qualquer individuo é capaz de formar um número ilimitado de frases sintaticamente corretas utilizando um numero limitado de palavras” (N. Chomsky), porém esses conceitos foram derrubados após a exposição de problemas relacionados ao sentido das frases.

Foi no séc. XX, com o estruturalismo europeu, que a lingüística moderna alcançou seu ponto mais elevado, com a publicação do *Course de Linguistique Générale*, do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, em 1916, que é considerado o marco inicial da lingüística moderna. Saussure criou a chamada *teoria do signo lingüístico*, onde ele afirma que signo é a menor unidade lingüística. Ela consiste em uma coisa dupla, constituída da união de dois termos: conceito e imagem acústica.

Signo: total

Conceito: significado

Imagem acústica: significante (som, fonemas combinados).

Em sua teoria, Saussure postula os termos *arbitrariedade do signo*, *imutabilidade do signo*, *mutabilidade do signo*.

Arbitrariedade do signo: A idéia não está ligada à seqüência de sons (significante), a prova disso é que existem várias línguas. Ele não pode ser modificado depois de estabelecido num grupo lingüístico. Nem as onomatopéias ou exclamações (ai, ui), podem ser contestações à arbitrariedade do signo, já que elas variam em cada língua.

Imutabilidade do signo: O signo lingüístico não pode ser modificado, é imposto por fatores históricos e de desenvolvimento. Ninguém pode modificá-lo, pois ele está atado à língua.

A língua aparece sempre como herança da época precedente. Por isso ele é imutável, sem mudanças repentinas.

Mas, o que impede as mudanças?

- O caráter arbitrário do signo; pois que não há razão alguma para preferir *irmã*, *soeur* ou *sister*, para designar a filha dos mesmos pais.
- A multidão de signos necessários para constituir qualquer língua.

- O caráter demasiado complexo do sistema. Uma língua constitui um sistema. Tal sistema é um mecanismo complexo. Não se pode conceber uma transformação sem a intervenção de especialistas. Até agora as intervenções nesse sentido não tiveram êxito.
- A resistência da inércia coletiva a toda renovação lingüística. A língua é o único sistema de códigos que é utilizado por todos, todo o tempo. Isso aparece como um fator de conservação.

Mutabilidade do signo: O tempo tem o efeito de alterar rapidamente os signos lingüísticos, ao mesmo tempo em que assegura a continuidade da língua. Ao fim de certo tempo podem-se sempre comprovar deslocamentos sensíveis devido à evolução.

Relações sintagmáticas e relações associativas

As combinações de signos, que se alinham um após o outro na cadeia da fala, são chamadas de sintagmas. O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas.

Todas as palavras possuem algo de comum entre si, por um lado (sintaxe) ou por outro (semântica).

O exemplo, já clássico, formulado pelo lingüista B. Potier, que nos ajuda a entender a definição acima, é o da série constituída a partir de "assento", o que nos daria uma relação, tal como: banco, poltrona, sofá, cadeira, espreguiçadeira, sela, tamborete, divã etc. Todos tendo uma função comum, mas cada um com traços particulares que os distinguem uns dos outros.

O gerativismo chomskyano é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início na década de 50. Nela, Chomsky afirma que a criatividade é o principal aspecto caracterizador do comportamento lingüístico humano. A capacidade humana de falar e entender uma língua deve ser compreendida como resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética, interna ao organismo, e não completamente determinada pelo exterior como defendiam os behavioristas.

Com o gerativismo as línguas deixam de ser interpretadas como um comportamento socialmente condicionado e passam a ser analisadas como uma faculdade mental natural. Para dar conta dessas dificuldades, lingüistas de todas as partes do mundo, inclusive do Brasil, têm trabalhado no refinamento do modelo teórico gerativista, sendo Chomsky o mais importante estudioso dessa corrente teórica e considerado um dos mais importantes estudiosos da linguagem de todos os tempos.

Na segunda fase, a formalização da semântica se dá entre 1963 -1982. Com o surgimento da gramática gerativa de Chomsky e da gramática universal de Montague em

1970, ela se apura e se complexifica. Na obra instituidora N.Chomsky *Estruturas Sintáticas*, o curso da semântica estrutural será transformado e a análise do sentido ganhará maior relevância nas estruturas sintáticas, a partir dos estudos de J.Fodor e Katz, que provarão que a união entre a semântica e a sintaxe é indispensável. Pretendia-se um estudo autônomo e formal independente da semântica.

Linguística textual

Começou a desenvolver-se na década de 60, na Europa. Seu objeto de investigação é o texto, não a palavra nem a frase. As principais causas do surgimento das gramáticas textuais são as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de vários fenômenos lingüísticos que só podem ser explicados em termos de texto ou com referência a um contexto situacional. Para solucionar esse tipo de problema seria necessário construir uma nova gramática: *a gramática textual*.

Comte (1977) distingue três momentos na passagem da teoria da frase à teoria do texto: O primeiro momento, análise transfrástica, estuda os tipos de relação que se podem estabelecer entre os diversos enunciados que compõem uma seqüência significativa. Entre as relações referenciais, a correferência é considerada um dos principais fatores de coesão textual.

A coesão é uma das marcas fundamentais da textualidade. Sabemos que nas frases ou nos textos, deve-se evitar a repetição de palavras ou expressões. Mas para que o texto fique coerente e coesivo, deve-se fazer uso de alguns mecanismos: a *coesão referencial*, a *coesão recorrencial* e a *coesão seqüencial*.

Ocorre *coesão referencial* quando um elemento da seqüência textual se remete a outro elemento do mesmo texto, substituindo-o:

- Pronomes pessoais oblíquos: *Comprei uma calça nova, mas ainda não a usei.*
- Pronomes pessoais de terceira pessoa: *A acusada saiu, mas ela e seu advogado voltaram logo a seguir.*
- Pronomes possessivos: *Minha irmã tem muitas roupas, mas só usa as minhas.*
- Pronomes demonstrativos: *Ela gostou da blusa vermelha, mas comprou esta.*
- Pronomes relativos: *O livro que trouxe é menos interessante.*
- Pronomes adverbiais: *Vou à praia, e lá descansarei.*
- Pode-se também eliminar a segunda ocorrência da expressão repetida, formando assim: *Comprei uma calça nova, mas ainda não usei.*

Esse mecanismo de coesão leva o nome de elipse, que consiste na supressão de um termo, facilmente identificável pelo contexto.

- Formas verbais: *O cantor apresentou dois números mas o mímico não fez o mesmo.*

Neste caso, os verbos *fazer* e *ser* são empregados em referência a todo o predicado e não apenas ao verbo.

- As formas numerais: *João e Maria saíram, mas os dois voltaram logo.*
- Os sinônimos ou quase-sinônimos:
 - a. Hipônimos: *Comprou flores e deu as rosas para a mulher.*
 - b. Hiperônimos: *Vinha um ônibus, mas o motoqueiro não viu o veículo.*

Enquanto a *coesão referencial* faz o texto progredir através da retomada de referentes textuais, a *coesão recorrencial* o faz através da repetição.

Vejamos alguns exemplos:

- a. **A recorrência de termos:** “... *é a vida / é bonita e é bonita...*” (Gonzaguinha)
- b. **Recorrência da mesma estrutura sintática:** “*Casas entre bananeiras / mulheres entre laranjeiras...*”. (Carlos Drummond de Andrade)
- c. **Recursos fonológicos**, ou sons, caso da rima: “*Eu ‘tava’ triste, tristonho / ... / Eu ‘tava’ só, sozinho...*” (Zeca Baleiro)

É a isso que se dá o nome de coesão recorrencial, mecanismo de coesão muito freqüente na poesia, o qual consiste na repetição de termos, de estruturas, de conteúdos, de recursos fonológicos e de tempos verbais, com a função de enfatizar uma idéia, uma sensação, um sentimento.

A coesão seqüencial

“Toda coesão é, num certo sentido, seqüencial” (Fávero, 2001:33). Do mesmo modo que a recorrencial, a coesão seqüencial faz progredir o texto, construindo um fluxo informacional, mas sem deter a retomada de itens (conforme a recorrência).

Esse tipo de mecanismo de coesão se refere ao desenvolvimento textual propriamente dito, ora por procedimentos de manutenção temática, com o emprego de termos pertencentes ao mesmo campo semântico, ora por meio de processos de progressão temática.

A progressão temática pode realizar-se por meio da satisfação de compromissos textuais anteriores ou por meio de novos acréscimos ao texto. Ao primeiro tipo pertencem os seguintes casos:

- a. **Condicionalidade:** *Se chover, eu não irei.*
- b. **Causalidade:** *Todos foram de roupa de praia porque estava fazendo sol.*
- c. **Implicação lógica:** *Só há um meio de fazer isso: trabalhando.*

Segundo momento: Surgimento da gramática textual, com as tarefas de verificar a coerência do texto, verificar sua completude e diferenciar as várias espécies de texto.

Coerência Textual

O texto é uma unidade de significado produzida sempre com uma determinada intenção. Produzimos textos porque pretendemos informar, divertir, explicar, convencer, etc. Assim como a frase não é uma simples sucessão de palavras, o texto também não é uma simples sucessão de frases, mas um todo organizado capaz de estabelecer comunicação. Quando isso ocorre, temos um texto em que há coerência. A coerência é resultante da não-contradição entre os diversos segmentos textuais que devem estar encadeados logicamente. Cada segmento textual é pressuposto do segmento seguinte, que por sua vez será pressuposto para o que lhe estender, formando assim uma cadeia em que todos eles estejam conectados harmonicamente. Quando há quebra nessa conexão, ou quando um segmento atual está em contradição com um anterior, perde-se a coerência textual.

Para que haja coerência, o texto deve estar adequado ao contexto pragmático, ou seja, àquilo o que o texto faz referência, que precisa ser conhecido pelo receptor. Vejamos um exemplo:

"No verão passado, quando estivemos em Recife, não pudemos aproveitar a praia, pois o frio era tanto que chegou a nevar".

Percebemos que ela é incoerente devido à incompatibilidade entre um conhecimento prévio que temos com o que se relata. Sabemos que, considerando uma realidade "normal", em Recife não neva nunca. Porém, em se tratando de narrativas ficcionais fantásticas, o exemplo acima poderia fazer sentido, dando coerência ao texto.

Uma afirmação como:

"Foi um verdadeiro milagre! O menino caiu do décimo andar e não sofreu nenhum arranhão."

É coerente, porque a frase inicial *Foi um verdadeiro milagre* instrui o leitor para a anormalidade do fato narrado. Pode ocorrer um texto sem coesão interna, mas a sua textualidade não deixa de se manifestar ao nível da coerência. Seja o seguinte exemplo:

O Paulo estuda Inglês.

A Elisa vai todas as tardes trabalhar no Instituto.

A Sandra teve 16 valores no teste de Matemática.

Todos os meus filhos são estudiosos.

Este exemplo mostra-nos que não é necessário retomar elementos de enunciados anteriores para conseguir coerência textual entre as frases. Além disso, a coerência não está apenas na sucessão linear dos enunciados mas numa ordenação hierárquica. No exemplo acima, o último enunciado reduz os anteriores a um denominador comum e recupera a unidade.

Terceiro momento: contexto pragmático. Oller propõe um modelo no qual considera o uso da língua como um processo que se realiza em três níveis: dimensão sintática, semântica e a pragmática. Sintática: arranjo temporal dos elementos. Semântica: combinação dos elementos em relação a outros do mesmo tipo (paradigmas). Pragmática: relacionamento entre os diversos elementos sintáticos, semânticos e o conhecimento prévio de mundo.

É a pragmática da geração de frases que determina a opção a ser feita em cada situação sintática e semântica. Para Petöfi, é impossível separar-se sintaxe, semântica e pragmática.

A gramática textual se propõe a descrever o "texto" ou "discurso". Ela fornece uma base mais adequada a outras teorias que estudam o discurso, como a estilística, a retórica, a poética, etc. Também auxilia no estudo dos tipos de discurso e usos de linguagem entre culturas.

Como conceitos de texto temos a Textualidade, que é a propriedade que explica o que faz com que um texto seja um texto. Para os lingüistas que seguem a linha de Hjelmslev, o texto equivale a todo e qualquer processo discursivo.

Concluindo: o texto pode ser tomado em duas acepções. *Texto* em sentido lato, que equivale a toda e qualquer capacidade textual do ser humano (poema, musica, pintura, escultura) e o *discurso* (linguagem verbal) que é passada em forma textos (em sentido estrito). Então, texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita que forma um todo significativo.

Vejam agora, numa perspectiva semântica e discursiva, certas palavras ou expressões que “ligam” termos da oração, orações, períodos e até fragmentos de texto relativamente longos. Os principais desses elementos de ligação são as conjunções, mas podem também desempenhar esse papel preposições ou certos advérbios.

Segundo a gramática tradicional, conjunção é a palavra que liga duas orações ou termos de mesma função na oração.

Veja nos exemplos a seguir:

“O mais importante, e bonito, no mundo, é que as pessoas não estão sempre iguais – ainda não foram terminadas – mas que elas estão sempre mudando.” (Guimarães Rosa)

Mas liga um conjunto de duas frases que o antecede à frase final do parágrafo.

“Isto posto, julgo procedente em parte o pedido, nos termos do art. 269, I, do CPC, para determinar à CEF que proceda à revisão das prestações do mútuo habitacional firmado por FIRMINO JOSÉ DOS (...).”(frase final de uma petição, após várias páginas de argumentação)

Isto Posto liga à conclusão do texto, toda a parte anterior do mesmo.

“A pena para quem casa é de prisão perpétua. Pois o juiz, ou melhor, o padre sempre finaliza a sentença dizendo: ‘até que a morte os separe’.” (Antonio Brás Constante)

A locução *ou melhor* liga algo considerado falso ao seu equivalente verdadeiro.

Os elementos destacados nesses exemplos conectam **constituintes textuais** de extensões diferentes.

Nas gramáticas, as conjunções vêm quase sempre em ordem alfabética, como veremos a seguir:

Conjunções Coordenativas:

- Aditivas
- Adversativas
- Alternativas
- Conclusivas
- Explicativas

Conjunções Subordinativas

- Causais

- Concessivas
- Condicionais
- Comparativas
- Conformativas
- Consecutivas
- Proporcionais
- Finais
- Temporais e integrantes

Agrupemo-las pelo critério da afinidade semântica, dentro da qual podemos dividir as conjunções e elementos de “ligação” em sete grupos:

- 1) grupo aditivo-alternativo
- 2) grupo da causalidade – explicativas, causais e condicionais
- 3) grupo da conseqüência – consecutivas, finais e conclusivas
- 4) grupo da oposição – constituído pelas conjunções adversativas, concessivas e opositivas
- 5) grupo das modais, conformativas e comparativas
- 6) grupo da localização no tempo e no espaço – constituído pela conjunção locativa e pelas temporais
- 7) grupo dos conectores reformulativos.

Estudemos agora cada um dos sete grupos de conjunções, bem como o valor semântico das mesmas.

1- O grupo das conjunções aditivas e alternativas

Existem algumas semelhanças entre as conjunções aditivas e as alternativas em construções negativas:

“Sem dinheiro ou inveja” (Alceu Valença)

“Nem a CBF nem a Comissão Estadual de Arbitragem adiantaram quais serão os árbitros”

No exemplo I, a conjunção alternativa *ou* pode ser substituída pela aditiva *nem* (Sem dinheiro *nem* inveja), já no exemplo II, alguns gramáticos classificam o *nem* duplo (*nem...*

nem) como aditivo, outros como alternativo. Isso demonstra que existem traços comuns às aditivas e às alternativas, o que nos possibilita incluí-las no mesmo grupo.

As principais conjunções alternativas são *ou, ou...ou, ou bem...ou bem, ora...ora, quer...quer, seja...seja, quer...ou, seja...ou*.

Quanto às conjunções aditivas, as principais são: *e, nem... nem, não só...mas também* (*e suas variantes*).

Há contextos em que o *e* substitui outras conjunções, adquirindo valor semântico de:

- Conclusão:

“Terceirização é praxe empresarial e (por isso) precisa ser regulamentada”

- Conseqüência:

“Junta-te aos bons e (em conseqüência disso) serás como eles, junta-te aos maus e (em conseqüência disso) serás pior do que eles.” (provérbio popular)

- Tempo simultâneo ou simultaneidade:

“Eu saio pra dançar e (enquanto isso) minha namorada fica em casa dormindo”

- Oposição:

“O preço do pão estava subindo e (ao passo que) o do leite caía.”

- Tempo posterior:

“Acordou cedo, tomou café e (em seguida) saiu pra trabalhar”

- Reforço argumentativo:

“Ela cozinha e bem.”

Que equivale a: *Ela cozinha e (o faz) bem.*

Ela não só cozinha, como (o faz) bem.

O *e* neste caso, acrescenta um reforço argumentativo, e caracteriza-se pelo fato de que o segundo elemento é argumentativamente mais forte que o primeiro.

- Adversativo:

“A mulher é mantida em condição inferior e (mas) se exige dela lucidez de nível superior.” (O GLOBO, 05.02.1994, p.6.)

2- O grupo das conjunções explicativas, causais e condicionais.

- Conjunções explicativas – são *porque* e seus sinônimos (*pois, já que, etc.*) quando não funcionam como causais;
- Conjunções causais – são também *porque* e sinônimos (*pois, porquanto, visto que, uma vez que, como, etc.*)
- Conjunções condicionais – são *se, caso, desde que, contanto que, a não ser que, a menos que, etc.*

A diferença entre conjunções explicativas e causais depende da frase, do texto e da situação comunicativa.

“...o mercado financeiro busca estes profissionais, pois encontra neles capacidade de unir abstração, bom-senso e raciocínio lógico.” (trecho de uma entrevista citada na prova de Português da PUC/RJ, 1997, 2ª fase)

A conjunção causal liga orações ou conjuntos de orações que exprimem fatos, sendo o segundo desses fatos, causa do primeiro.

Já a conjunção explicativa, ao contrário da causal, introduz uma oração ou conjunto de orações que justificam o fato de se ter falado ou escrito a oração anterior.

“Não faça barulho porque o nenê está dormindo.”

“Dormiu mal; Porque você está com olheiras.”

A respeito dos exemplos acima, podemos observar que como a segunda frase justifica o fato de se ter falado ou escrito a primeira, é possível nessa construção subentender-se, antes da conjunção, “e eu digo isso”, “e eu ordeno isso”, “e eu peço isso”, “e eu pergunto isso”, etc.

A afinidade entre explicativas e causais é óbvia. Quanto às condicionais – *se, caso, desde que, contanto que, a menos que, a não ser que* – tem também forte afinidade de sentido com os outros dois tipos. Condição e causalidade são conceitos fortemente interligados. Isso fica claro quando observamos o exemplo:

“Já que tu não vais, vou eu.”

Entre as causais e explicativas, a que mais se aproxima das condicionais é *já que*. Percebe-se que é possível substituir essa conjunção por *se* – tradicionalmente classificado como condicional – sem prejuízo do sentido, como vemos a seguir:

“Se tu não vais, vou eu.”

Visão hipotética, factual particularizante e factual generalizante

Podemos ver o conteúdo do nosso discurso como hipótese ou como fato. Quando dizemos, por exemplo:

“*Se eu ganhar na loteria, comprarei uma bela casa.*”

Temos aí uma hipótese. Trata-se, portanto da **visão hipotética**.

“*Como eu ganhei na loteria, comprarei uma bela casa.*”

Desta vez, o ganho na loteria é visto como um fato, o que nos dá a **visão factual**, que no caso é **particularizante**, já que se trata de um fato em particular, que não é habitual, costumeiro.

Se trocarmos a conjunção *como* por *sempre que*, fica assim:

“*Sempre que ganho na loteria, compro uma bela casa.*”

O fato pode ser impossível, mas a frase é possível em português. Trata-se aí da **visão factual generalizante**.

Nas construções condicionais, existem três graus de hipótese:

- Grau mínimo, expresso por *se* + modo indicativo (*se eu corro, alcanço*);
- Grau médio, expresso por *se* + futuro do subjuntivo (*se eu correr, alcançarei*);
- Grau máximo, expresso por *se* + imperfeito do subjuntivo (*se eu corresse, alcançaria*).

Isto quer dizer que, no grau mínimo, o fato é tido como certo. O grau médio significa que posso dançar ou não. Já o grau máximo de hipótese significa que o conteúdo da primeira oração é visto como uma hipótese irrealizável.

Condicionais negativas

As conjunções condicionais *a não ser que* e *a menos que* são usadas em construções negativas e equivalem-se a *se não*. Por exemplo:

“*Viajaremos no próximo feriado, a não ser que algo de ruim aconteça.*”

“*Viajaremos no próximo feriado, a menos que algo de ruim aconteça.*”

“*Viajaremos no próximo feriado, se coisas ruins não acontecerem.*”

3- O grupo das conjunções consecutivas, finais e conclusivas.

A noção de consequência é expressa pelas **conjunções consecutivas**, mas podemos dizer que as **finais** e as **conclusivas** também exprimem essa noção, porque:

- **Finalidade** é uma consequência desejada;
- **Conclusão** é uma consequência lógica de uma premissa.

Logo, podemos concluir que as conjunções finais, consecutivas e conclusivas exprimem, portanto, a idéia de consequência.

Conjunções consecutivas: são *que* e *de modo que*.

Conjunções finais: são *a fim de que* e *para que*.

Conjunções conclusivas: as principais são *portanto*, *logo*, *por isso*, *por conseguinte*, *consequentemente*, *então* e *pois* (este quando significa *portanto*).

4- O grupo das conjunções concessivas, adversativas e opositivas.

Concessão é um recurso discursivo através do qual o argumentador concede razão a uma tese contrária à sua para, em seguida, colocar um argumento mais forte em favor da sua tese. Observe as construções a seguir:

“*Ele bebe, mas é carinhoso.*”

“*Ele bebe, no entanto é carinhoso.*”

“*Ele bebe, porém é carinhoso.*”

Elas contêm três constituintes – dois explícitos e um implícito. Nos exemplos acima percebemos isso claramente em “*ele bebe*”, que é a concessão propriamente dita; “*mas é carinhoso*”, que é a restrição; e uma consequência da concessão, negada pela restrição.

A relação da concessão com sua consequência negada fundamenta-se no princípio ducrotiano do *topos* – espécie de crença, geralmente coletiva, subjacente à relação tese-argumento, pois se apóia no *topos* “*quanto mais alguém bebe, menos carinhoso é.*” (Oliveira, 2001:87).

As conjunções e construções opositivas normalmente não apresentam a consequência negada da concessão, elemento que sempre existe nas adversativas e concessivas.

As formas mais comuns de exprimir oposição são:

- O uso das locuções opositivas *enquanto*, *ao passo que* e *mas também* – usados geralmente no nível interoracional;
- O emprego da locução *ao contrário* e das fórmulas *se por um lado (...), por outro lado (...)* – para conectar porções de texto maiores que a frase.

5- O grupo das conjunções conformativas, comparativas e modais.

As conjunções conformativas são *conforme*, *consoante*, *segundo* e *como*, quando modificam a oração principal.

As comparativas são: *tal qual*, *como*, *quanto*, *do que* e *que*.

Exemplos:

“*Lilian, tal qual o marido, é torcedora do Confiança.*” (comparativo de igualdade)

“*Lilian, como o marido, é torcedora do Confiança.*” (idem)

“Lilian torce tanto pelo Confiança quanto seu marido.” (idem)

“Lilian torce mais pelo Confiança (do) que seu marido.” (comparativo de superioridade)

Quanto a *bem como*, situa-se na fronteira entre comparativo e aditivo, e as conjunções *que nem* e *feito* (coloquiais), embora o ensino escolar os inclua entre as comparativas, consideramo-las modais, por introduzirem adjuntos adverbiais de modo.

As conjunções modais são, além das citadas anteriormente, como *se*, *sem que*, e as que funcionam como conformativas, quando modificam o verbo da oração principal. Veja:

“Vivendo cada noite como se fosse a última.” (*Vivendo intensamente, apaixonadamente, sofregamente, etc.*) (Latino)

“Ela fala que nem a gente” (coloquial) / “Ela fala feito a gente” (coloquial)

As conjunções *conforme* e suas sinônimas *consoante*, *segundo* e *como* funcionam como:

- **Conformativas:** quando modificam a oração principal como um todo; e ao contrário da modal, a construção conformativa admite a inversão das orações.
- **Modais:** quando modificam o verbo da oração principal.

Exemplos:

“Ronaldo brilha no Corinthians *conforme* declarou”

Sem vírgula antes da conjunção, isso quer dizer que o Ronaldo brilha no Corinthians do modo como ele declarou. Essa frase é a confirmação do locutor de que a atuação de Ronaldo no time se dá do modo como ele afirmara. A conjunção é, portanto, modal.

“Ronaldo brilha no Corinthians, *conforme* declarou.”

Com vírgula, antes da conjunção. Aqui, ao contrário, a conjunção confirma o conteúdo da oração principal e a segunda oração ratifica a veracidade dessa afirmação. Podem-se inverter as orações, o que nos daria “*Conforme* declarou, Ronaldo brilha no Corinthians.” A conjunção é, nessa frase, conformativa.

As conjunções denominadas comparativas estão a serviço do **grau comparativo**, seja ele de superioridade, de inferioridade ou de igualdade. Os dois primeiros podem ser chamados de comparativo de desigualdade, e utilizam a mesma conjunção (*do que*, ou simplesmente *que*), enquanto o de igualdade utiliza as demais: *tal qual*, *quanto*, *como*, etc.:

“A Globo é mais rica (do) que a Record.”

“A Globo é menos rica (do) que a Record”

Utilizando o grau comparativo de igualdade, fica assim:

“A Globo é tão rica quanto a Record./ A Globo é rica, tal qual a Record. / A Globo é (tão) rica como a Record. / A Globo é rica que nem a Record. (coloquial) / A Globo é rica feito a Record. (coloquial)”

Argumentativamente não existe comparativo de igualdade, pois quando há predominância do modo argumentativo de organização do discurso, a noção de desigualdade passa a estar presente até mesmo nela. Observe:

“A Aluna Jucélia é tão competente quanto o aluno Felipe.”

Na frase acima concluímos que o locutor dê preferência à aluna Jucélia, enquanto que seu interlocutor prefere o aluno Felipe. Como vimos, o elemento que, no comparativo de igualdade se menciona primeiro (no caso, Jucélia), é o ligado à tese do argumentador e o mencionado por último é contrário a essa tese.

6 – O grupo das conjunções temporais e locativas.

São **conjunções temporais**: *quando, antes que, depois que, desde que, até que, logo que, assim que, mal, sempre que, e agora que, hoje que, etc.*, quando não há pausa antes da palavra *que*.

Quanto à **conjunção locativa**, só existe uma: *onde*, quando introduz um adjunto adverbial de lugar em forma de oração:

“Morei muitos anos longe. Hoje moro onde nasci.”

Onde é pronome relativo quando significa em que, no qual, na qual, nos quais ou nas quais, como nestes exemplos:

“A cidade onde (na qual / em que) moro está cada vez melhor.”

O *onde*, de “Hoje moro onde nasci”, que é uma conjunção locativa, se tornará pronome relativo, se usarmos antes dele um antecedente, como em:

“Hoje moro na casa onde nasci.”

Existe ainda a classificação de onde como advérbio interrogativo de lugar, quando usado na interrogação. Exemplo:

“Onde você nasceu?”

Incluimos as **conjunções proporcionais** entre as **temporais**, por referirem-se a fatos que ocorrem simultaneamente. Veja:

“Enquanto as crianças dormem, eu arrumo a casa.”

“À medida que as tropas avançavam, a cidade se esvaziava.”

Sendo assim, preferimos chamá-las de **temporais concomitantes**. Lembrando que a conjunção *enquanto* (considerada **proporcional**) ocorre às vezes com valor **opositivo**; e que

ao passo que, funciona sempre como **opositiva**, apesar de ser incluída entre as **proporcionais** nas gramáticas tradicionais. Observe os exemplos:

“*Meus filhos preferem suco, ao passo que eu gosto mesmo é de refrigerante.*”

“*Meus filhos preferem suco, enquanto eu gosto mesmo é de refrigerante.*”

“*Meus filhos preferem suco. Agora eu gosto mesmo é de refrigerante.*”

As conjunções acima possuem valor opositivo. Já em “*Enquanto as crianças dormem, eu arrumo a casa.*”, temos uma **temporal concomitante**, pois aí não existe oposição.

7- O grupo dos conectores reformulativos

Servem para explicar, retificar, enfatizar, tornar mais claras partes do texto, que imaginamos que não tenham ficado suficientemente claras para o nosso interlocutor. Ou ainda damos exemplos para ilustrar o que acabamos de afirmar. Em lingüística do texto, essas palavras levam o nome de **conectores reformulativos**. Algumas delas como *isto é, ou seja, a saber*, e outras, são denominadas por alguns gramáticos **conjunções explicativas**, denominação que abrange dois grupos com quase nada em comum, já que inclui também *porque* e seus sinônimos (*pois, já que, etc.*), quando justificam a enunciação do que se disse antes. Porém, as conjunções explicativas têm muito mais afinidade com as causais do que com os conectores reformulativos.

Os conectores reformulativos e seus subtipos:

- 1º subtipo: constituído por *ou melhor, digo, minto, isto é e aliás*. Usado para retificar uma parte do texto tida pelo falante como falsa.
- 2º subtipo: constituído por *realmente, de fato, com efeito* e outras locuções desse tipo. Usado para ratificar o que se disse antes. A ratificação visa a persuadir o leitor / ouvinte da veracidade do que é escrito / dito.
- 3º subtipo: constituído por *ou seja* e *isto é*, que se colocam a serviço da clareza. O que motiva o usuário da língua a empregar construções desse tipo é seu desejo de esclarecer o próprio pensamento.
- 4º subtipo: constituído por *na verdade, na realidade* e outras expressões que retificam parcialmente a seqüência precedente, enquanto os do 1º tipo a retificam radicalmente. A parte retificada nesse caso é vista como inexata, embora chegue perto da verdade.

Esses exemplos mostram que além do **sim** e do **não**, existe também o **depende**, e que a lógica aplicável à descrição do português – e das línguas naturais em geral – não pode ser binária, ou seja, não pode operar apenas com a oposição simplista entre **verdadeiro** e **falso**.

- 5º subtipo: constituído por *a saber*, *por exemplo*, *tal como* e *como*. Exemplificam para melhor se fazerem entender.

Considerações finais.

A análise dos articuladores argumentativos mostrou que existe uma dimensão que transcende as questões gramaticais (sintáticas) e nos leva a um estágio da significação textual. O que este trabalho pretende é revolucionar o ensino das conjunções - atualmente pelo critério da ordem alfabética - para o critério da afinidade semântica, o que tornará de mais fácil compreensão aos alunos do Ensino Fundamental e, posteriormente, aos do Ensino Médio. O estudo da semântica dos articuladores argumentativos torna a coesão textual mais acessível a todos os estudantes de Língua Portuguesa, bem como a pragmática auxilia na coerência textual.

BIBLIOGRAFIA

PERINE, Mario. Gramática Descritiva. Editora Atica. Ed. 4.ABDR: 2006.

MACZ, Irene Tamba. A Semântica. Tradução de “Marcos Mosciolino”. São Paul: Parábola Editorial, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. Lingüística Textual, Uma Introdução. Org. Ingedore G. Vilhaça Roch. Ed.7. São Paulo. Cortez, 2005 (série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, 9).

ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica – Brincando com a gramática. Ed.7. São Paulo. Editora Contexto, 2009.